



O Jornal diário dos  
Ancepianos  
23 de novembro - 12 horas

## COMISSÃO DA CÂMARA APROVA PROJETO QUE TRATA DA GOVERNANÇA DOS FUNDOS DE PENSÃO



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou na última quarta-feira, 21 de novembro, o PLP 268/16, que trata da gestão de fundos de pensão de empresas públicas com o objetivo, segundo o texto da proposta, de dar mais transparência, profissionalização e responsabilização de gestores em relação ao equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos fundos, além de tentar reduzir a influência político-partidária no processo decisório das entidades. O projeto original, de 2016, previa a criação da figura do conselheiro independente, que integraria os conselhos deliberativo e fiscal dos fundos de pensão. O novo texto, aprovado pela CCJ, não contempla mais essa figura, sendo que os conselhos deliberativos serão compostos por seis integrantes, divididos de forma paritária entre integrantes eleitos por participantes e assistidos e integrantes indicados por patrocinadores, informam a **AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA CÂMARA** e o **SITE DA REVISTA INVESTIDOR INSTITUCIONAL**.

Para a composição dos conselhos fiscais, o texto substitutivo retomou a composição com apenas quatro integrantes, divididos da mesma forma. Segundo o relator do projeto, o deputado Jorginho Mello (PR), o objetivo das alterações foi chegar a um acordo que permitisse a aprovação do texto. "Foram ouvidas as mais diversas entidades de previdência complementar, no intuito de equalizar o interesse das entidades com o texto proposto pelo Senado, sem comprometer a participação dos reais interessados na gestão de suas previdências complementares", diz o deputado.

O texto aprovado define critérios para a escolha dos membros que irão compor os conselhos, sendo que os indicados não poderão ter sofrido condenação transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado por crime contra o patrimônio público, contra o sistema financeiro e contra o mercado de capitais e por crime de lavagem de dinheiro. A proposta também veda ao candidato ao conselho ter exercido atividades político-partidárias em período inferior a dois anos antes da data da contratação, e ser cônjuge ou parente até terceiro grau de conselheiro, diretor ou dirigente da entidade de previdência complementar ou do patrocinador. Além disso, o conselho fiscal deverá ter autonomia operacional e orçamentária para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações, podendo contratar especialistas externos, como auditores independentes.

### e-Social: seminário será apresentado na próxima segunda no Rio de Janeiro

Sucesso de público, o seminário **eSocial-Melhores Práticas Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais**, depois de apresentado com muito êxito em Curitiba na semana passada será levado na próxima segunda-feira (26) ao Rio de Janeiro e depois na sequência a Porto Alegre (27/11), Brasília (29/11), Belo Horizonte (03/12), Recife (04/12) e Florianópolis (17/12) e São Paulo (20/12).

Isso quer dizer que no momento em que mais precisam ser melhor orientados, os contadores estão recebendo toda a orientação de que precisam em relação ao assunto, em especial objetivos e conceitos envolvidos, legislação, tabelas obrigatórias, prazo de envio, reflexos e benefícios, geração de informações e tudo mais que for necessário saber a respeito.

No comando do seminário vai estar um dos maiores especialistas, Edgar da Silva Grassi (FOTO), Diretor de Administração e Segurança da CBS Previdência e conselheiro da ANCEP.

Para se inscrever busque <http://www.ancep.org.br/wp/seminario/seminario-esocial-melhores-praticas-trabalhistas-previdenciarias-e-fiscais>.

## Auditoria independente: CVM coloca em audiência pública minuta de IN

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) colocou em audiência pública uma minuta que altera a Instrução 308, que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no mercado de valores mobiliários, bem como define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes, noticia o **VALOR ECONÔMICO**.

Segundo a CVM, o objetivo é atualizar dispositivos da norma, especialmente a exigência do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE). A CVM vai receber sugestões até o dia 22 de janeiro

## Equipe de transição do novo governo quer a reforma da Previdência aprovada no primeiro semestre

Em sua coluna no **VALOR ECONÔMICO** a jornalista Cláudia Safatle começa dizendo que aprovar a reforma da Previdência no primeiro semestre de 2019 é a prioridade do presidente eleito, Jair Bolsonaro. A importância desse prazo pode ser detectada no comentário de um dos economistas da transição: "Ou aprovamos a reforma da Previdência até junho ou será o caos", disse. Por mais que se possa considerar essa afirmação um exagero de retórica sustentado na suposição de que esse será o período da lua de mel do mercado com o novo governo, o fato é que os agentes econômicos internos e externos estão à espera da reforma. Sua aprovação será um sinal de determinação e sustentação política do governo decisivo para a expansão dos investimentos no país.

Sem novos investimentos, a recuperação da economia terá vida curta, minando a confiança e o emprego.

À reforma da Previdência se seguem dois outros objetivos que compõem o plano de voo para a economia: a redução da conta de juros com o uso das receitas de privatizações para abatimento da dívida do setor público; e a reforma do Estado, centrada na busca de um modelo menor e mais eficiente.

Nessa mesma linha, o mesmo jornal encerra o seu editorial de hoje notando que o cenário externo será menos favorável ao Brasil, que precisa fazer um ajuste fiscal importante com um novo governo em 2019. A economia brasileira tem boas defesas que, no entanto, podem ser insuficientes se em algum momento entre os investidores prevalecer a impressão de que a solvência fiscal do Estado não está garantida. A aprovação de uma reforma da previdência logo no início da gestão de Jair Bolsonaro é vital para reduzir riscos e abrir espaços para um crescimento maior que o medíocre dos últimos dois anos.

Em um segundo jornal, a **FOLHA DE S. PAULO**, Carlos Alexandre da Costa, economista que compõe a equipe de transição, aparece dizendo que futuro governo do presidente Jair Bolsonaro deve apresentar uma proposta própria de reforma da Previdência.

Costa, que foi diretor do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), disse que a ideia não é partir do zero, mas apresentar algo que seja viável politicamente. O trabalho do governo, disse ele, vai ser articular as melhores propostas e ideias que sejam viáveis politicamente. Sem precisar data, Costa disse que a proposta deve sair nas próximas semanas. "Não é só desenhar proposta econômica, mas entender com mais profundidade a viabilidade política."